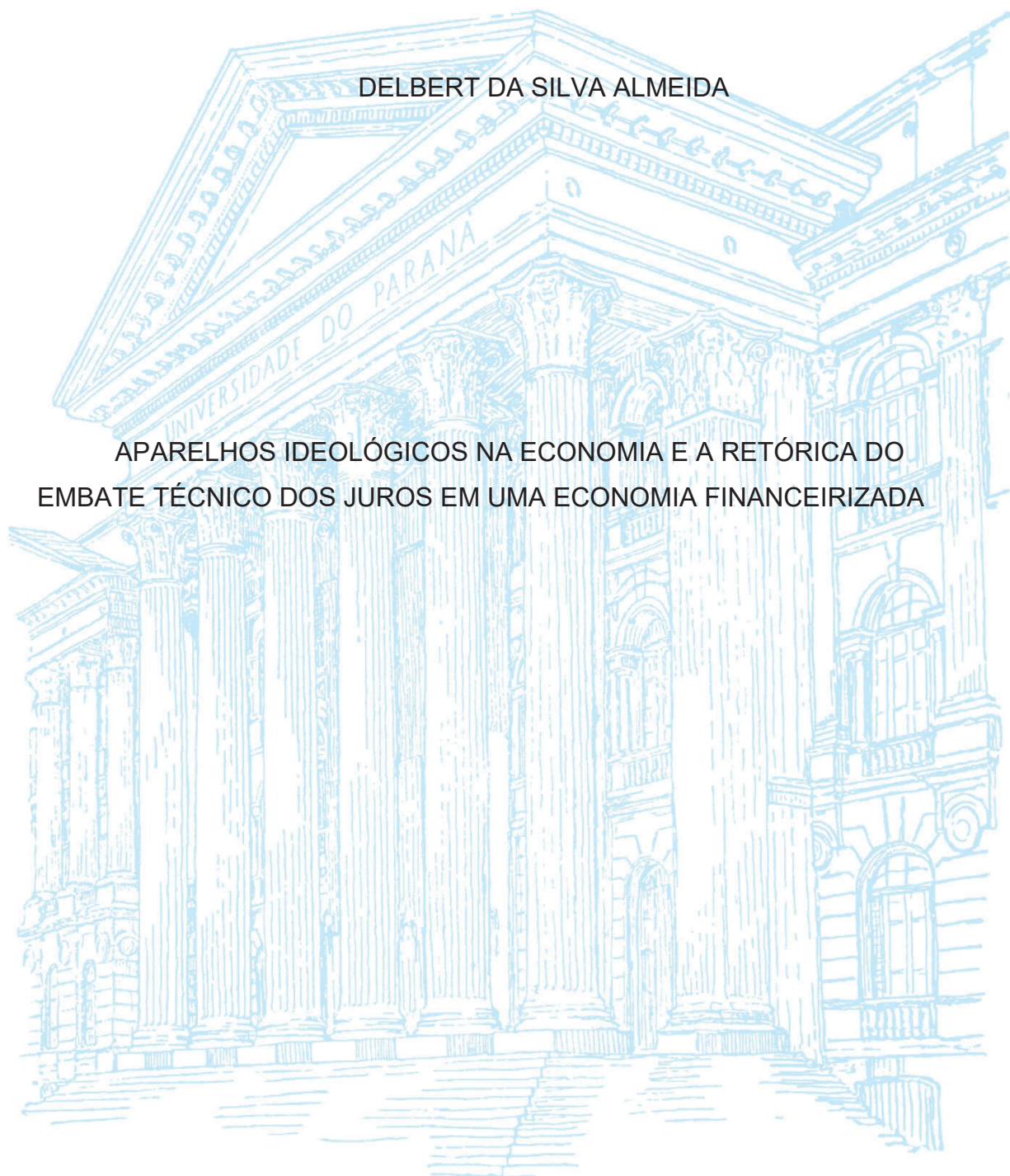


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DELBERT DA SILVA ALMEIDA

APARELHOS IDEOLÓGICOS NA ECONOMIA E A RETÓRICA DO
EMBATE TÉCNICO DOS JUROS EM UMA ECONOMIA FINANCEIRIZADA



CURITIBA

2023

DELBERT DA SILVA ALMEIDA

APARELHOS IDEOLÓGICOS NA ECONOMIA E A RETÓRICA DO
EMBATE TÉCNICO DOS JUROS EM UMA ECONOMIA FINANCEIRIZADA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Especialização de Análise de Conjuntura Econômica (ACE), Departamento de Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Orientador: Prof. Dr. Ivan Colangelo Salomão

CURITIBA

2023

RESUMO

Neste trabalho analisa-se alguns aparatos ideológicos de convencimento que fazem com que o Brasil mantenha a maior taxa real de juros do planeta no ano de 2023, a pretexto de usá-lo como principal instrumento de combate à inflação. Defende-se que a inflação é o “maior imposto” sobre os mais pobres, sendo o “principal problema da desigualdade”. Sendo a inflação um componente da variável taxa de juros, de outro lado há o componente poder de compra. Se a inflação está alta, mas os salários estão crescendo acima da inflação, então esta não é necessariamente um problema. Por outro lado, a inflação pode estar baixa e os salários ainda mais baixos, reduzindo o poder de compra. O mais importante é olhar para a natureza da inflação para se definir corretamente o remédio a ser aplicado. Entretanto, o Banco Central toma como regra de que a inflação é resultado do aumento de demanda na sociedade. Se o PIB per capita não voltou aos níveis de 2014, com o PIB estagnado há 9 anos, passando por pandemia em 2020 e guerra na Ucrânia em 2022, suspeita-se que a inflação vigente é de custos, forçada pela alta dos alimentos, dos combustíveis e do câmbio. Nesse sentido aumentar os juros ajuda em que? A quem interessa uma taxa real de juros mais alta do planeta? Como a sociedade aceita ter uma taxa de juros elevada comprimindo renda e emprego? A decisão de manter a taxa de juros elevada é uma decisão política ou técnica?

Palavras-chaves: Taxas de juros, Aparelhos ideológicos, Financeirização.

ABSTRACT

This work analyzes some ideological devices of persuasion that cause Brazil to maintain the highest real interest rate on the planet in 2023, under the pretext of using it as the main instrument to combat inflation. It is argued that inflation is the “biggest tax” on the poorest, being the “main problem of inequality”. As inflation is a component of the interest rate variable, on the other hand there is the purchasing power component. If inflation is high but wages are growing above inflation, then inflation is not necessarily a problem. On the other hand, inflation may be low and wages even lower, reducing purchasing power. The most important thing is to look at the nature of inflation to correctly define the remedy to be applied. However, the Central Bank takes the rule that inflation is the result of increased demand in society. If GDP per capita has not returned to 2014 levels, with GDP stagnating for 9 years, going through a pandemic in 2020 and war in Ukraine in 2022, it is suspected that the current inflation is cost-related, forced by the rise in food, fuel and exchange rate. In this sense, what does increasing interest rates help? Who is interested in the highest real interest rate on the planet? How does society accept having a high interest rate compressing income and employment? Is the decision to keep the interest rate high a political or technical decision?

Keywords: Interest rates, Ideological apparatuses, Financialization.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – TAXA DE JUROS REAL

FIGURA 2 – FINANCIAMENTO DE CAMPANHA

FIGURA 3 – MISSÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 IDEOLOGIA E DOMINAÇÃO DE CLASSE.....	8
3 APARATOS IDEOLÓGICOS BRASILEIROS.....	9
3.1 A imprensa como partido político	11
3.1.1 A estética na mídia e na cultura	14
3.2 O sistema religioso.....	17
3.3 O sistema político.....	21
3.3.1 Cutucando onças com varas curtas.....	22
3.3.2 A autonomia do banco central	24
4 CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar o papel político, e não técnico, que atores sociais travam na disputa da gestão da política monetária, em especial na definição da taxa de juros via Banco Central (BACEN). Segundo o filósofo argelino Louis Althusser (1958) a “ideologia é uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”. Althusser (1989) disse ainda que “as práticas sociais e as ideias que os homens fazem delas estão estreitamente relacionadas. Pode-se dizer que não há prática sem ideologia e que qualquer prática, incluindo a científica, se realiza através de uma ideologia.” Aqui ideologia é usado no sentido de um conjunto de valores que justificam como o sujeito realiza a sua ação prática de acordo com a forma como enxerga a realidade, seja essa forma correta ou não.

Em todas as práticas sociais (quer pertençam ao domínio da produção econômica, da ciência, da arte, do direito, da moral ou da política), os homens que atuam estão submetidos às ideologias (conforme o conceito de Marx) correspondentes, independentemente da sua vontade e mais ou menos com uma total ignorância do assunto”.

Karl Marx, ao desenvolver sua concepção materialista da história, enfatizou que o modo pelo qual a produção material de uma sociedade é realizada constitui o fator determinante da organização política e das representações intelectuais de uma época. Assim, a base material ou econômica constitui a “infraestrutura” da sociedade exercendo influência direta na “superestrutura”, ou seja, nas instituições jurídicas, políticas, leis, Estado e no plano ideológico (artes, religião, moral). Marx e Engels explicam este processo com a clássica passagem de que

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual (1980, p.55).

É um pensamento dominante produzido conscientemente para dominar, em conformidade com a definição de Althusser.

A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem é recusado os meios de produção intelectual estão submetidos igualmente à classe dominante. Os

pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebida sob a forma de ideal e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe dominante; dizendo de outro modo, são as ideias de seu domínio (ALTHUSSER, 1999).

A ideologia dominante é a ideologia imposta pela classe dominante. Na democracia representativa a burguesia, regra geral, toma para si o Estado, fazendo concessões de direitos sociais conforme a pressão popular. Para que essas tensões sejam administradas sem a necessidade de a todo tempo usar do monopólio da violência estatal, certos atores cumprem papel central na defesa dos interesses burgueses de forma a parecer técnico, criando-se teses de que “é necessário deixar o bolo crescer para depois dividi-lo” até transfigurar a ciência econômica como fazendo parte das ciências exatas e não das ciências sociais. Dentre os atores adeptos dessa ideologia a serem analisados estão a imprensa, o Parlamento e a religião.

Procuramos mostrar no presente trabalho o esforço ideológico, portanto ideologia conscientemente produzida, que aqueles atores fazem na defesa da eficiência econômica em contraposição à lógica democrática.

2 IDEOLOGIA E DOMINAÇÃO DE CLASSE

Como ideologia assume diferentes definições conforme o autor, o conceito de ideologia segundo Marx define ideologia como uma falsa representação da realidade, mas falsa no sentido de que a própria realidade está mistificada e não falsa no sentido de artificialmente criarem uma representação que não é fiel à realidade, com objetivos de dominação de classe.

Partindo da teoria marxista, Althusser inaugura “uma teoria da ideologia geral” apresentando-a historicamente a partir de “posições de classe”.

Veremos então que uma teoria das ideologias repousa em última análise na história das formações sociais, e, portanto, dos modos de produção combinados nas formações sociais, e das lutas de classe que se desenvolvem nelas (ALTHUSSER, 1958, p.2).

Em Althusser, os AIE produzem conscientemente ideologias para manter o poder da classe dominante. Essas definições não são conflitantes, mas complementares. Em contraposição aos escritos de Marx sobre ideologia,

Althusser se encarrega de fornecer um substrato material, ocupando-se da problemática da reprodução das ideias dominantes e seus respectivos aparelhos.

A noção de sujeito também é central e enuncia duas teses simultâneas, “1- só há prática através de e sob uma ideologia. 2- só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito”. A partir dessas duas teses o autor formula a terceira tese sobre a ideologia em geral: “A ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeito”, caracterizando a função da ideologia enquanto constituidora de indivíduos concretos em sujeitos e seu efeito elementar, o de impor (sem parecer que o faz, pois se trata de “evidências”).

Toda formação social e econômica é resultado de um modo de produção dominante que, para manter-se hegemônico, pressupõe a reprodução das forças produtivas e das relações de produção existentes.

Em sentido amplo, o Estado é um aparelho repressivo por excelência que dá aval à classe dominante assegurar e perpetuar sua dominação sobre a classe dominada. Dito de outro modo, o Estado é “um aparelho de Estado” decisivo no que concerne a manutenção da ordem social em nome dos interesses da burguesia. Mais que mediador dos conflitos de classe, o Estado, por meio de suas instituições, conserva um *ethos* social (uma espécie de síntese dos costumes de um povo) condizente com a dinâmica política, econômica e social inerente ao modo de produção capitalista. (ALTHUSSER, 1958).

3 APARATOS IDEOLÓGICOS BRASILEIROS

O Brasil é um país que possui uma economia periférica em ritmo de desindustrialização, sujeito a particularidades de um sistema financeiro gerador de obstáculos ao desenvolvimento. Segundo Maria Conceição Tavares, um traço constitutivo do sistema capitalista é que a sua regulação se torna, pois, cada vez mais política. Isto é, o capitalismo é cada vez mais regulável pelas relações de poder, que é exatamente o que lhe confere tanto uma dimensão de incerteza e instabilidade, quanto de regenerescência (ainda que traumática) (Tavares, 1978, pp. 69-70).

André Araújo em seu livro (Moeda e Prosperidade, 2005) alimenta o debate sobre o pensamento econômico fora do circuito fechado dos economistas. No

Brasil das últimas décadas, a discussão desses temas se limitou a um núcleo restrito de profissionais – a maioria pertencentes à corrente majoritária, dita do pensamento único, ou seja, de uma versão simplificada de neoliberalismo tropical globalizante. Para Araújo, isso representa um grave erro dos meios acadêmicos e da imprensa. A economia interessa a toda a sociedade e deve ser debatida como um fenômeno político, e não puramente técnico. Diz ainda que é muito mais importante analisar a correlação da economia com o futuro do país do que fazer uma abordagem exclusivamente financeira, o que ocorre hoje nos meios de comunicação de forma superficial e repetitiva, quase que como um dogma. Segundo Araújo, o neoliberalismo não é uma verdade científica, mas uma grosseira ideologia de dominação política – e, portanto, um fenômeno muito mais político do que econômico.

André Araújo diz ainda que vários planos de estabilização em países emergentes foram implantados e mostra que todos impediram o crescimento. O câmbio flutuante gera uma oscilação que beneficia a livre circulação de capitais e de lucros e tenta segurar os dólares no Brasil via juros altos.

Karl Marx, na seção V do terceiro volume de O Capital, além de decompor os elementos que constituem o modo de produção capitalista, ressaltando as três formas em que se apresenta o capital (capital-dinheiro, capital-mercadoria e capital-produtivo), analisa as possibilidades de o sistema capitalista assumir uma trajetória temporal em uma “direção determinada”. De acordo com a ideia de uma “lei geral da acumulação capitalista”, o capital necessita de expansão e valorização contínuas (PIB continuamente crescente em um mundo de recursos limitados), o que extrapola o processo elementar de circulação e reprodução. Essa necessidade condiciona o surgimento do capital a juros.

A concentração e centralização dos capitais, consequência natural desta lei geral da acumulação capitalista, materializam-se através da “ampliação e externalização crescentes do capital a juros”, em que há ascendência crescente do sistema de crédito sobre as esferas mercantil e produtiva (Tavares & Belluzzo, 1980, p. 114). Além das mudanças na organização das empresas, surge também uma classe financeira que tende a concentrar nas mãos dos grandes bancos um poder cada vez mais amplo na gestão estratégica das relações intersticiais (intersetoriais e internacionais) do sistema (Tavares & Belluzzo, 1980, p. 116). Essa classe financeira representa a associação estratégica entre bancos e

empresas para formar a grande corporação americana que detém sob seu controle as atividades estratégicas (de então): minas, transporte, banco e manufaturas.

Assim, a ampliação e consolidação de práticas especulativas só se tornam possíveis com o aumento em grande escala do crédito, o que confere amplo poder à classe que o controla (os bancos).

Nesse contexto, a luta política pela defesa dos altos juros em uma economia cada vez mais financeirizada requer, para se sustentar, que o tema seja abordado a partir da metodologia cartesiano-euclidiano, na qual buscam-se soluções universais dentro do domínio da abstração. Dessa forma, precisamos entender como o bloco rentista age no Brasil arregimentando diferentes atores sociais como a imprensa, a religião e o sistema político para difundir o discurso hegemônico de que a gestão econômica é técnica e desvinculada dos resultados concretos dos conflitos sociais.

3.1 A IMPRENSA COMO PARTIDO POLÍTICO

A chamada grande imprensa brasileira caracteriza-se por ser uma imprensa hereditária (termo criado pelo escritor Xico Sá, conforme entrevista transcrita pelo Portal Brasil247 em 19/11/2021), tendo em vista que onze famílias controlam os principais meios de comunicação brasileiros, como apresentado pela Secretaria Geral do Comitê Mineiro do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) em audiência pública realizada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais em 2015. Além disso, 25% dos senadores e 10% dos deputados são donos de concessões de rádio e televisão. Apesar de os canais de TV e rádio serem uma concessão pública e de que constitucionalmente devem atender aos interesses da coletividade, o Brasil ainda não conseguiu impor uma legislação de controle social da mídia, porque isso atrapalha os interesses da classe dominante. Isso faz-se necessário pois ela não é regida pela pluralidade de ideias, com poucos espaços para contraposição, defendendo majoritariamente uma visão única de mundo, via de regra sendo a “boca” dos interesses de seus financiadores. Dessa forma ela direciona a formação da opinião pública, influencia políticos, juízes, promotores

de justiça e empresários e cria um clima favorável ou de crise a um determinado governo ou política pública.

Em 18/03/2010, governo de Luiz Inácio Lula da Silva, Maria Judith Brito, então presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e executiva do grupo Folha de S. Paulo, declarou no Jornal O Globo:

A liberdade de imprensa é um bem maior que não deve ser limitado. A esse direito geral, o contraponto é sempre a questão da responsabilidade dos meios de comunicação e, obviamente, esses meios de comunicação estão fazendo de fato a posição oposicionista deste país, já que a oposição está profundamente fragilizada. E esse papel de oposição, de investigação, sem dúvida nenhuma incomoda sobremaneira o governo.

Washington Araújo, no Portal Observatório da Imprensa, elencou questões fundamentais sobre essa declaração da presidente da ANJ:

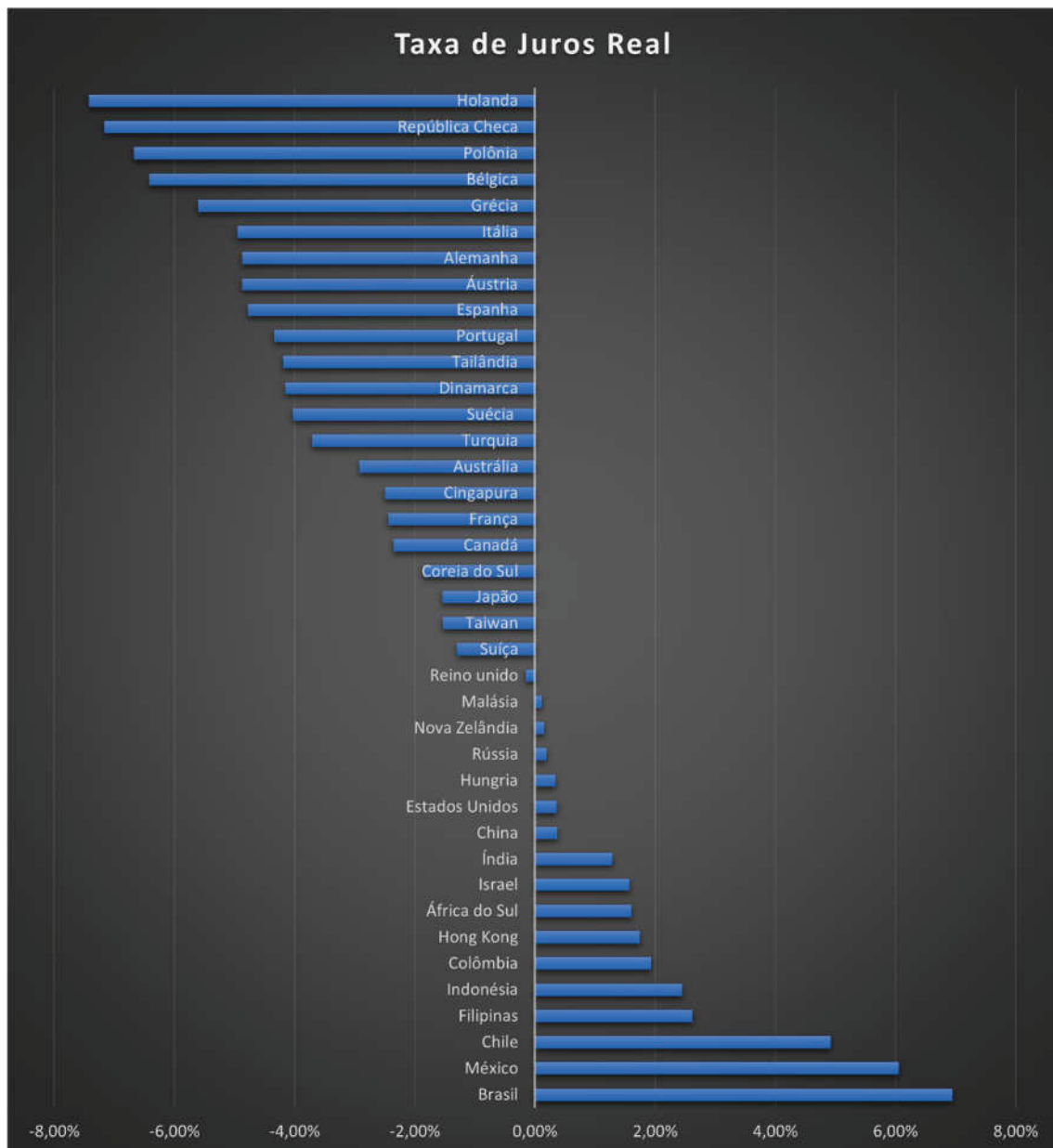
- É função da ANJ, além de representar legalmente os jornais, fazer o papel de oposição política no Brasil?
- É de sua *expertise* mensurar o grau de força ou de fraqueza dos partidos de oposição ao governo?
- Expirou aquela visão antiquada que tínhamos do jornalismo como sendo o de buscar a verdade, a informação legítima, para depois reportar com a maior fidelidade possível todos os assuntos que interessam à sociedade?
- Como conciliar aquela função antiquada, própria dos que desejam fazer o bom jornalismo no Brasil, como tentei descrever na questão anterior, com a atuação político-partidária, servindo como porta-voz dos partidos de oposição?
- Sendo o Datafolha propriedade de um dos grandes jornais do Brasil e este um dos afiliados da ANJ, como deveríamos fazer a leitura correta das pesquisas de opinião por ele trabalhadas? O Datafolha estaria também a serviço de uma oposição “que no Brasil se encontra fragilizada”?
- Historicamente, sempre que um dirigente ou líder de partido político de oposição critica o governo, seja justa ou injustamente, é natural que o governo responda à altura e na mesma intensidade com que o ataque foi desferido. Mas, no caso atual, em que a ANJ toma para si a missão de atuar como partido político de oposição, não seria de todo natural esperar que o governo reaja à altura do ataque recebido?
- E, neste caso, como deveria ser encarada a reação do governo? Seria vista como ataque à liberdade de expressão? Ou seria considerado como legítima defesa de liberdade de expressão ou de ideologia?

- Para aqueles autoproclamados guardiões da liberdade de expressão e do Estado democrático de direito: será papel dos meios de comunicação substituir a ação dos partidos políticos no Brasil, seja de situação ou de oposição?
- Em isso acontecendo... não estaremos às voltas com clássica usurpação de função típica de partido político? E não seria essa uma gigantesca deformação do rito democrático?

O Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva iniciou o ano de 2023 externando duras críticas à gestão do atual Presidente do BACEN, Roberto Campos Neto. Segundo Lula, não há justificativa para a manutenção da Selic em 13,75%, para uma meta de inflação irrealista de 3%. A imprensa hereditária foi rápida em contra-atacar as falas de Lula como se fosse assessoria de imprensa de Campos Neto. Aqui cabe destacar a principal linha de ataque da imprensa, dos seus colunistas e entrevistados: tratam a crítica de Lula como “política” e a posição do BACEN como “econômica” ou “técnica”. A estratégia é antiga e repetitiva: desqualificar o campo popular como desprovido de conhecimento técnico necessário para intervir no debate econômico.

Em relação à política de juros via BACEN, a taxa básica de juros brasileira (Selic) não sobe desde junho de 2022, mas o país continua no topo do *ranking* global de juros reais, segundo levantamento compilado pelo *MoneYou* e pela *Infinity asset Management*. Descontada a inflação esperada para os próximos 12 meses, de 5,56%, os juros reais ficaram em 6,94%, o suficiente para manter o país no topo da lista, acima de México (6,05%), Chile (4,92%), Filipinas (2,62%) e Indonésia (2,45%).

Figura 1 – Taxa de Juros Real



Fonte: Money You/Infinity Asset (março/2023)

3.1.1 A estética na mídia e na cultura

Os primeiros filósofos da estética buscavam a ideia de um "belo" ideal, mas hoje consideramos a estética como uma ciência da percepção e como tal abarca consigo a teoria da arte, a teoria do belo e a teoria do gosto. A partir desses pilares, que podem se expandir para outros subpilares, a estética permeia a nossa existência. Somos jogados a sentimentos estéticos desde quando

acordamos. Afinal, sendo a estética a ciência da percepção, e sendo nós agentes da percepção, é impossível sermos cidadãos a-estéticos.

O professor Philippe Leão, instrutor de cursos de Cinema na UERJ, apresentou análise em vídeo sobre “A Estética como Controle” e diz que a indústria da cultura e da mídia, que explora sentidos estéticos, expropriação do esquematismo (Dialética do Esclarecimento, Adorno & Horkheimer, 1947), também expropria a autonomia dos indivíduos de criar a sua própria interpretação das coisas percebidas. Essas indústrias, além de oferecerem a obra e a experiência estética, oferecem também a explicação, ou seja, faz com que o indivíduo não tenha como escapar dessa explicação socialmente aceita. Facilita assim a construção de um padrão de gosto. E a partir de um padrão de gosto ocorre a facilitação da criação de um novo consumo cultural ou midiático e, portanto, de criar demanda.

Em seu lazer, as pessoas devem se orientar por essa unidade que caracteriza a produção. A função que o esquematismo kantiano ainda atribuía ao sujeito, a saber, referir de antemão a multiplicidade sensível aos conceitos fundamentais, é tomada ao sujeito pela indústria. O esquematismo é o primeiro serviço prestado por ela ao cliente. Na alma devia atuar um mecanismo secreto destinado a preparar os dados imediatos de modo a se ajustarem ao sistema da razão pura. Mas o segredo está hoje decifrado. Muito embora o planejamento do mecanismo pelos organizadores dos dados, isto é, pela indústria cultural, seja imposto a esta pelo peso da sociedade que permanece irracional apesar de toda racionalização, essa tendência fatal é transformada em sua passagem pelas agências do capital do modo a aparecer como o sábio desígnio dessas agências. Para o consumidor, não há nada mais a classificar que não tenha sido antecipado no esquematismo da produção (Adorno & Horkheimer, 1947, p. 59).

De certa forma "gosto" não é questão de opinião pessoal, pois ele é construído historicamente, portanto, o "gosto" pensado de maneira geral, e não individual necessariamente, é um artifício teórico dentro da percepção estética que está inserido dentro de um contexto histórico também. Esse "gosto" construído pode ser percebido na história, e não é à toa que quando se fala de moda, a moda caminha em torno de uma maneira específica de se vestir em cada época. Nos vestimos hoje apresentando uma estética de modo que outros nos percebam inseridos em um padrão de gosto construído em cada sociedade.

A forma, que é a maneira como iremos assimilar a coisa de imediato, é a manifestação final do conteúdo. E aí o conteúdo pode ser a coisa mais reacionária possível, mas uma estética que conduz a pessoa a levar o seu racional naquela direção pode levar as pessoas à barbárie, sem mesmo de fato que essas pessoas acreditem naquele conteúdo, mas elas vão acreditando (destaque do gerúndio) pela estética apresentada. É necessário olhar para o conteúdo para além das suas formas para entender como as pessoas percebem as coisas. Como exemplo, usa-se a roupagem da comédia e da piada como escudo autorizativo para se manifestar como racista, fascista, pedófilo e afins. Muitos riem porque é só uma piada, o ouvinte está em uma plateia hierarquicamente abaixo do comediante e assim ele é condicionado a rir, pois foi oferecida a piada, a estética do show e a explicação da piada fácil.

Já na imprensa, sempre que se pretende trazer uma leitura de mundo aceitável sem contestação usa-se o termo “especialista”, que camufla a fonte ouvida. Torna-a isenta sem sê-la. Vira um truque jornalístico para valorizar a opinião contrária e redigir editoriais onde deveria existir reportagem. Ou pior, dá voz a um ente inanimado como “o mercado”: “o mercado acordou nervoso”, “o mercado gosta de segurança” ou “mercado viu com preocupação a decisão do governo”. Essa expropriação do esquematismo chega ser explícito na reportagem publicada pelo jornal Estado de São Paulo em 07/11/2015, dando explicações opostas para um mesmo fato político, qual seja, o financiamento de campanha presidencial.

FIGURA 2 – FINANCIAMENTO DE CAMPANHA



Fonte: Jornal O Estado de São Paulo 07/11/2015

3.2 O SISTEMA RELIGIOSO

O sistema religioso historicamente se associou ao poder político em busca de legitimidade e compartilhamento do poder real.

Marx e Weber no desenvolvimento de seus estudos sobre o capitalismo ocidental vão, a sua maneira, fornecendo perspectiva de estudo do fenômeno religioso. Em linhas gerais temos:

- Em Marx, a religião como construção social, a religião como expressão da situação do homem sob as condições de repressão (a religião como expressão do capitalismo), a religião como solução imaginária para problemas reais.

A religião não faz o homem, mas, ao contrário, o homem faz a religião: este é o fundamento da crítica irreligiosa. A religião é a autoconsciência e o autossentimento do homem que ainda não se encontrou ou que já se perdeu. Mas o homem não é um ser abstrato, isolado do mundo. O homem é o mundo dos homens, o Estado, a sociedade. Este Estado, esta sociedade, engendram a religião, criam uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido. A religião é a teoria geral deste mundo, seu compêndio enciclopédico, sua lógica popular, sua dignidade espiritualista, seu entusiasmo, sua sanção moral, seu complemento solene, sua razão geral de consolo e de justificação. É a realização

fantástica da essência humana porque a essência humana carece de realidade concreta. Por conseguinte, a luta contra a religião é, indiretamente, a luta contra aquele mundo que tem na religião seu aroma espiritual. A miséria religiosa é, de um lado, a expressão da miséria real e, de outro, o protesto contra ela. A religião é o soluço da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, o espírito de uma situação carente de espírito. É o ópio do povo” (Karl Marx, 1844).

➤ Em Weber, a religião em afinidade com o capitalismo.

O objetivo do capitalismo e dos capitalistas é sempre aumentar o capital e não meramente sobreviverem dos seus ganhos. Este processo de reprodução do capital constitui-se em uma indicação segura de que este “empreendedor” estava “predestinado”.

É precisamente neste ponto ser possível observar, de acordo com a concepção de Weber, a estreita relação (a afinidade) religiosa do calvinismo com as aspirações mundanas do capitalismo. Segundo Weber, o que se verificou foi uma interação entre o espírito e a lógica material, um alimentando o outro, um como condição de possibilidade do outro.

O sistema religioso espalhou-se no sistema político brasileiro contemporâneo, criando inclusive a chamada “bancada evangélica”. A declaração do pastor deputado federal Marco Feliciano ao portal Gospel em 15/02/2023 deixa claro essa simbiose ao sair em defesa do BACEN:

“O pastor e deputado federal Marco Feliciano saiu em defesa do atual presidente do Banco Central (BACEN), Roberto Campos Neto, que vem sendo atacado por parte da esquerda devido ao seu mandato independente de cinco anos à frente do órgão financeiro. Para o líder religioso da Assembleia de Deus, a independência do BACEN, aprovada em 2021, foi fundamental para blindar o banco de interferências políticas, como ocorria no passado.”

“A autonomia do Banco Central era uma antiga reivindicação da sociedade e dos economistas sérios de nosso país, a favor de uma estabilidade econômica isenta de influência política”, comentou Feliciano.

Segundo o pastor, em potências econômicas como os Estados Unidos, a independência de um órgão tão vital como o BACEN é o que permite “o controle dos juros”, servindo, assim, como “um freio contra a inflação”.

Perceba a estética do termo utilizado “economistas sérios” como forma de desqualificar os outros economistas que pensam diferente de seu dogma. A

referência aos Estados Unidos também não é por acaso, pois esse “neoevangelho” (que inclui religiões protestantes tradicionais e pentecostais) foi todo importado da matriz estadunidense, nele contendo formas de se pensar a espiritualidade, a política e a economia, estratégia essa batizada de “Teologia do Domínio” (TD), ou “dominionismo” ou, ainda, “reconstrucionismo”.

Em resumo a TD diz que o cristão perdeu o domínio sobre os “Sete Montes” e precisa reconquistá-lo para reconstruir o planeta com base nos valores cristãos, para prepará-lo para o retorno de Jesus Cristo. Esses Sete Montes são: “Família, Religião, Educação, Mídia, Lazer, Negócios e Governo”. A família seria somente aquela que cabe no conceito tradicional defendido: pai homem, mãe mulher e filhos. A religião, somente as igrejas de matriz evangélica. A educação não laica. A mídia, empresas jornalísticas ligadas a esses valores e produzindo esses conteúdos. Lazer, o que incorpore tais ideais religiosos. Negócios feitos por fiéis que possam financiar a estratégia. E governo, o que se identifique com tudo isso: criação de partidos, eleição de bancadas e de governantes que ou professem a fé ou aceitem ser ferramenta dela para se atingir tal propósito.

Segundo Eliseu Pereira, doutor em teologia pela PUC/PR, a TD possui alguns mentores intelectuais, dentre eles Rousas J. Rushdoony (1916-2001), de família armênia, migrou para os EUA fugindo da 1ª Guerra Mundial, tornou-se pastor presbiteriano e atuou como missionário entre os indígenas do oeste, onde conheceu a miséria causada especialmente pelo alcoolismo. Rushdoony logo percebeu a incapacidade governamental de atender as demandas sociais e evitar a degeneração da sociedade. Ele propôs então que os cristãos assumissem o controle das escolas e reformulassem currículos a fim de reconstruir a nação com valores cristãos, via dois caminhos: os cristãos deveriam começar a educar seus filhos em casa (*homeschooling*) e reduzir o papel do Estado na educação pública. Trata-se de uma “estratégia multigeracional de longo prazo projetada para reconstruir completamente a sociedade”. Para Rushdoony, os seres humanos são essencialmente religiosos, dependentes de Deus e não seres racionais independentes. Sendo assim, a educação não poderia ser secularizada, mas baseada na lei de Deus. “O objetivo explícito da educação cristã é o domínio”. A finalidade da educação cristã não é acadêmica: é religiosa e prática”. Em 1973 Rushdoony publicou sua obra magna, *The Institutes of Biblical Law*, em 3 volumes, na qual defendia a aplicação da

teonomia (lei divina) em todas as esferas da sociedade, incluindo pena de morte por apedrejamento e servidão para pagamento de dívidas:

A lei aqui é humana, não sentimental. Reconhece que algumas pessoas são escravas por natureza e sempre serão. A lei requer que elas sejam tratadas de maneira piedosa, mas também que reconheçam sua posição e a aceitem com graça. O socialismo, ao contrário, tenta dar ao escravo todas as vantagens de sua segurança junto com os benefícios da liberdade e, no processo, destrói tanto os livres quanto os escravizados. O antigo princípio de direito, derivado desta lei, de que o beneficiário da previdência não pode exercer o sufrágio e direitos conexos de um cidadão livre, ainda é válido (Rushdoony, 2012, p. 277).

Rushdoony também ajudou a fortalecer a ideia dos EUA como nação cristã, promovendo o revisionismo histórico. Para ele, a guerra civil não era sobre escravidão, mas uma guerra religiosa em defesa da “cultura agrária, patriarcal e cristã”.

De acordo ainda com Eliseu Pereira, outro mentor intelectual da TD foi Gary North (1942-2022), articulador econômico e político, genro de Rushdoony e seu colaborador direito, foi um ativo militante anticomunista, economista liberal da escola austríaca, adepto de L. Von Mises e F. Hayek, e sócio do Instituto Mises. North foi assessor de Ron Paul, um congressista libertário ligado ao *Tea Party*. Mais tarde North se separou de Rushdoony e fundou o *Institute for Christian Economics* (ICE), que acentuou sua principal contribuição: articular o reconstrucionismo como economia liberal, usando linguagem acessível, o que lhe permitiu alcançar um público maior.

Sobre a estética evangélica x economia neoliberal x papel da mídia, Ricardo Antunes, professor de sociologia do trabalho da Universidade Estadual de Campinas, destaca ao portal Brasil de Fato em 30/04/2019:

O sistema do capital sabe que ele vai criar bolsões de desempregados e ele não quer cuidar, não tem mais a sopa das 18h para os desempregados. Quem fazia isso era a igreja católica; agora os neopentecostais pegaram pesado o espaço da Igreja Católica. As políticas sociais estão cada vez mais em retração; é aí que surge uma palavra mágica, que é tão mágica quanto mistificadora, que é o empreendedorismo. Você querendo você consegue. Você vai pegar o que lhe restou de dinheiro, vendendo sua casa ou seu carro se for necessário, e vai empreender. E o empreendedorismo é muito ideológico, é incentivar no trabalhador que não tem nada a ideia de

ser patrão de si próprio e ganhar um dinheiro que tira da condição de assalariado, que ele sabe que é ruim e que nem essa ele tem hoje. E o empreendedorismo, mais esse movimento de saída e movimento em busca de qualquer trabalho, cria a ilusão da prosperidade (reforçada pela fé na teologia da prosperidade). E a mídia é muita esperta, pois pega 100 empreendedores, 90 quebraram a cara, mas ela mostra os 10 bem-sucedidos. Porque ele desobriga o Estado das suas políticas públicas e sociais, desobriga do seguro-desemprego, de um mínimo de dignidade para a população. Até muito recentemente se usava muito a empregabilidade. Você está desempregado porque não tem capacidade para estar empregado; é mentira! Na Europa você tem trabalhadores pós-graduados desempregados, de nível de mestrado, doutorado desempregado... Não é falta de qualificação, é que o capital não tem como absorver!

3.3 O SISTEMA POLÍTICO

A Economia Política clássica teve nos vínculos entre política e economia um dos seus temas centrais. Para o pai fundador do pensamento econômico moderno, Adam Smith, era impensável separar a economia da política. Todavia, foi Marx quem, de forma mais radical, relacionou o surgimento do Estado com o desenvolvimento do mercado e as instituições representativas (como Parlamento, sistemas eleitorais e partidários) com o capitalismo e a dominação da burguesia sobre o conjunto da sociedade.

Nas palavras de Amartya Sen, o estudo da produção das condições de vida, bem-estar e riqueza não se separa da questão de “como devemos viver”. O ponto de inflexão se dará com a escola neoclássica e especialmente a partir da influência de Leon Walras, economista com formação inicial em engenharia que enfatizou a tendência, hoje predominante nos estudos econômicos, de formalização matemática, transformando a Economia Política em Ciência Econômica (Sen, 1999). Descaracterizando a Economia como Ciência Social, tal visão de cientificidade implica também a ideia de uma relação de neutralidade em frente à política e aos valores. E ainda a rejeição da política ao negar o conflito social que é sua essência.

3.3.1 Cutucando onças com varas curtas

O aparelho ideológico de estado (AIE) foi acionado para unir o grande empresariado, a dita grande mídia, o sistema judiciário e a classe política insatisfeita com a reeleição da presidenta Dilma. Uma grande parcela da população despolitizada e alienada para com os debates democráticos de seu próprio interesse foi mobilizada em uma cruzada para definir seus inimigos internos pela ótica da ideologia e dos interesses da classe dominante. Definiu-se que o grande tema em destaque seria o “combate à corrupção”, nem que para isso se corrompesse a própria lei. Em 21/08/2023 o TRF 1 confirmou a decisão de arquivar uma ação de improbidade contra a presidenta Dilma Rousseff no caso das supostas “pedaladas fiscais”, confirmando o caráter golpista e classista dessa empreitada.

O artigo Cutucando Onças Com Varas Curtas de 31/08/2015, de André Singer, destrincha com maestria os movimentos políticos que desestabilizaram não apenas um governo, mas um país, ao destituir uma presidenta com a alegação de um crime de responsabilidade sabidamente inexistente. No epicentro do embate político estava a coalizão rentista, composta pelo capital financeiro e a classe média tradicional, focando sempre um alto nível de taxa de juros, mantendo o Brasil alinhado ao receituário neoliberal, bem como na órbita do grande capital internacional e da liderança geopolítica dos Estados Unidos. Já a coalizão produtivista, composta por empresários industriais e a fração organizada da classe trabalhadora, a meta principal seria acelerar o ritmo de crescimento por meio de uma intervenção do Estado que levasse à reindustrialização, permitindo tornar mais veloz a distribuição de renda.

No início de 2011, os produtivistas apresentaram-se ao público por meio de documento assinado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (montadoras) e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (autopeças). De acordo com o texto Brasil do diálogo, da produção e do emprego, a “crescente reprimarização da pauta de exportação”, a “substituição da produção doméstica por produtos e insumos industriais importados” e a “expressiva queda do conteúdo nacional na produção” fez acender “uma luz amarela” e empurrou os parceiros para a ação conjunta.

Continua André Singer em seu artigo:

Chama a atenção a quantidade de propostas adotadas em 2011 por Dilma dentre as elencadas na ocasião: redução da taxa de juros para nível internacional, diminuição dos spreads bancários, facilitação do crédito para investimento, aumento do IOF sobre a entrada de capital estrangeiro, desonerações tributárias, adoção do conteúdo nacional como diretriz da política industrial, preferência para produtos nacionais nas compras governamentais, entre outros. Apesar das evidentes convergências, os industriais, para a surpresa de muitos, foram progressivamente se afastando de Dilma, alinhando-se lenta e progressivamente ao bloco rentista de oposição. Cresceu entre eles a ideia de que se tratava de mandato “intervencionista”, que inviabilizava os investimentos e não criava confiança. O irônico é que a intervenção, que de fato houve, visava atender aos próprios industriais.

No princípio, os reclamos empresariais eram à boca pequena. Repórteres bem informados davam conta do mal-estar sem citar nomes. Nos primeiros dias de 2013, por exemplo, o jornalista Mino Carta revelava:

Durante o governo Lula o empresariado queixava-se dos juros escorchantes, com exceção dos banqueiros, está claro. De sua alegria cuidava o presidente do BC, Henrique Meirelles. Em compensação, o vice-presidente da República, o inesquecível e digníssimo José Alencar, defendia com ardor a demanda dos seus pares. Agora o governo Dilma abaixa os juros, e todos se queixam, em perfeito unísono.

Pouco a pouco, o deslocamento dos industriais ganhava visibilidade. No tradicional encontro anual da CNI, em dezembro de 2012, é lançado documento com medidas para flexibilizar a CLT. Passado apenas um ano e meio do lançamento de *“Brasil do diálogo, as 101 propostas para a modernização trabalhista”* mostravam que a demanda dos empresários havia cambiado. Logo se esgarçaria publicamente a costura produtivista. Em abril de 2013 a Fiesp divulga estudo mostrando vantagens de as indústrias brasileiras se instalarem no Paraguai. “Nós vemos um potencial enorme de integração de cadeias produtivas com o Paraguai, com disponibilidade de mão de obra significativa para indústria de manufatura tradicional, que vem sofrendo e perdendo competitividade com relação ao exterior”, afirmou o diretor da Fiesp no seminário *“Oportunidades de Investimentos no Paraguai”*. Entre as vantagens, estaria a

mão de obra 36% mais barata no país vizinho por não haver encargos trabalhistas.

Em tom duro, a iniciativa foi contestada por um dos signatários do pacto de 2011. O ex-presidente da CUT Artur Henrique escreveu:

Talvez esse seja o grande sonho da Fiesp: uma região onde a carga tributária seja a menor possível, aquela capaz de atender minimamente, de maneira paternalista, apenas aos que estão em situação de extrema pobreza e condenar vários países da região, começando pelo Paraguai, a ser verdadeiras maquiladoras para ampliar lucros das grandes empresas.

Conclui André Singer:

Um Estado capaz de comandar a atividade econômica é de alto interesse para a fração organizada da classe trabalhadora, assim como para as camadas populares em geral e também, em um primeiro momento, para a burguesia industrial. A intervenção do Estado abre avenida para a industrialização, o pleno emprego, o aumento dos salários e a inclusão do subproletariado. Só que, logo depois, quando o Estado passa a ter o poder de comando sobre a economia, os industriais recuam.

Em ponto pequeno, o ensaio desenvolvimentista de Dilma teria, assim, seguido as pegadas da década de 1960. Na partida, a burguesia industrial pede ofensiva estatal contra os interesses estabelecidos, pois depende de política pública que a favoreça. Para isso, alia-se à classe trabalhadora. No segundo ato, os industriais “descobrem” que, dado o passo inicial de apoiar o ativismo estatal, estão às voltas com um poder que não controlam, o qual favorece os adversários de classe, até há pouco aliados. No terceiro episódio, a burguesia industrial volta-se “contra seus próprios interesses” (Cardoso) para evitar o que seria um mal maior: Estado demasiado forte e aliado aos trabalhadores. Une-se, então, ao bloco rentista para interromper a experiência indesejada. Tal como em 1964, as camadas populares não foram mobilizadas para defender o governo quando a burguesia o abandonou. Mais uma vez o mecanismo burguês pendular ficou sem contrapartida dos trabalhadores.

3.3.2 A autonomia do banco central

O projeto de lei 19/2019 que estabelece a autonomia do BACEN foi aprovado na Câmara dos Deputados, em regime de urgência. Em discussão há mais de 30 anos no Congresso, desde o mandato de Fernando Henrique Cardoso, o tema ressurgiu em um momento de pandemia e aprofundamento da pobreza e da desigualdade social. Em nota técnica, o Dieese (Departamento Intersindical de

Estatística e Estudos Socioeconômicos) alerta que "é preciso observar que o Banco Central tem autonomia operacional, o que significa que a proposta aprovada representa, na verdade, o enfraquecimento dos mecanismos de política econômica à disposição do governo eleito pela população - seja qual for - para enfrentar os graves problemas do país relacionados à desigualdade, ao desemprego, à renda, ao poder de compra dos brasileiros e aos serviços públicos".

A lei complementar nº 179 de 24 de fevereiro de 2021 define os objetivos do BACEN e dispõe sobre a sua autonomia, a saber:

Art. 1º O Banco Central do Brasil tem por objetivo fundamental assegurar a estabilidade de preços.

Parágrafo único. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental, o Banco Central do Brasil também tem por objetivos zelar pela estabilidade e pela eficiência do sistema financeiro, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego.

Entretanto, no *site* do próprio BACEN, na descrição da sua missão ele oculta o objetivo fomentar o pleno emprego e o substitui por fomentar o bem-estar econômico da sociedade. Sabemos que há indicador econômico para pleno emprego, portanto uma variável específica. Já a avaliação do padrão de bem-estar econômico de uma sociedade pode englobar distintos aspectos, como fluxos de consumo pessoal, estoques de riqueza, distribuição de renda e seguridade econômica. Todavia, devido à dificuldade de operacionalização, o foco analítico tem-se restringido apenas à variável renda (PIB).

Figura 3 – Missão do Banco Central



Garantir a estabilidade do poder de compra da moeda, zelar por um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo, e fomentar o bem-estar econômico da sociedade.

— *Missão do Banco Central*

Fonte: Sítio do Banco Central do Brasil – agosto/2023

Já vimos que para cumprir os seus objetivos o BACEN mantém a maior taxa real de juros do mundo. Por que pratica isso? A demanda está grande? Não. A inflação está fora da meta? Não. A inflação atual é de demanda? Não, é principalmente de custos, devido a alimentos e energia (petróleo refinado). O país tem uma situação fiscal dívida/PIB ruim? Não. Tem problemas com a dívida externa? Não, tendo mais reservas em dólar do que dívida. A quem interessa essa política de juros? O rentista dobra a sua aplicação em menos de 6 anos com a Selic a 13,25% ao ano.

O discurso do Banco Central é todo pautado na teoria neoclássica, que desconsidera em seus modelos a origem da inflação, sendo justificativa técnica (“não somos políticos, dizem) para manter as altas taxas de juros e criando a ideologia de que é preciso fazer superávit (cortando “gastos” sociais, privatizando, precarizando o serviço público, etc) para que a inflação não sai do controle. Enquanto isso não acontece a taxa de juros deve ser a mais alta possível.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, ao dizer em 19/05/23 que o país precisa “promover mais reformas estruturais para reduzir a taxa de

juros” extrapola sua competência de gestor da política monetária para invadir atribuições que cabem aos gestores da política fiscal e ao Parlamento.

O ser não-ideológico é um engodo tecnocrático, que diz ser nem de direita e nem de esquerda, somos técnicos. Não existe neutralidade.

Ramón Grosfoguel (2008) discorre sobre a crítica epistemológica:

O essencial aqui é o *lócus* da enunciação, ou seja, o lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala. Na filosofia e nas ciências ocidentais, aquele que fala está sempre escondido, oculto, apagado da análise... Nos últimos 510 anos do “sistema-mundo patriarcal/capitalista colonial/moderno europeu/euro-americano”, passamos do “cristianiza-te ou dou-te um tiro” do século XVI, para o “civiliza-te ou dou-te um tiro” do século XIX, para o “desenvolve-te ou dou-te um tiro” do século XX, para o recente “neoliberaliza-te ou dou-te um tiro” dos finais do século XX e para o “democratiza-te ou dou-te um tiro” do início do século XXI. Não houve respeito nem reconhecimento pelas formas de democracia indígenas, fossem elas africanas, islâmicas, ou outras não-europeias. A forma liberal da democracia é a única aceita e legitimada. As formas outras de democracia são rejeitadas. Se a população não-europeia não aceita as condições da democracia liberal euro-americana, esta é imposta pela força em nome da civilização e do progresso. É preciso reconceitualizar a democracia de maneira transmoderna, de modo a que seja descolonizada da democracia liberal, ou seja, da forma ocidental de democracia, que é uma forma racializada e centrada no capitalismo.

Assim, o sistema capitalista é tão fincado na própria reprodução material do capital que ele tem um método para não se preocupar com as suas próprias contradições, que é a ideologia, e a sua tecnologia específica é o algoritmo.

4 CONCLUSÃO

O bloco rentista age, em todo o mundo, produzindo conscientemente teorias econômicas para justificar políticas que o favoreça, gerando análises econômicas que tendem a abstrair e reduzir a realidade de forma a gerar “soluções universais”. A partir daí a imprensa hereditária executa o papel de defender a visão de mundo que mais a favoreça, limitando o debate público e direcionando a formação da tal opinião pública (ou seria apenas opinião publicada?) através de uma estética também bem direcionada. O “mercado”, esse ente inanimado, ganha voz e sentimentos, orientando a sociedade para onde se deve ir e quais bandeiras defender: Estado mínimo, desregulamentação financeira, privatização e redução de tributos. No parlamento ganham forças e eleições as bancadas BBB (da bala, da bíblia e do boi) defendendo, regra geral, as bandeiras do “mercado”.

A desindustrialização do Brasil não é fruto de caso fortuito, mas, dentre outros fatores, de um projeto de subjugação ao capital financeiro internacional. A partir de meados de 1980 a participação da indústria caiu de 27% do PIB em 1985 para 11% do PIB em 2018. Os novos desenvolvimentistas alegam como causa a abertura financeira, câmbio valorizado e juros elevados. Numa economia estagnada, transferir mais recursos públicos para grupos financeiros que reaplicam para obter mais juros constitui uma apropriação indébita de recursos públicos. A forma basilar do capitalismo é a forma mercadoria. A sociedade está determinada pelo seu modo de produção. A luta social para se reduzir a taxa de juros é desigual, pois a ideologia dominante não é da classe mais numerosa, mas da classe dominante. Essa detém o controle dos aparatos ideológicos para impor uma forma de pensar predeterminada, seja através da mídia, do legislativo, do judiciário e até do sistema religioso. No final das contas a sociedade se torna individualista, a economia tende a não se preocupar com justiça social, condenando os povos a uma brutal concentração de renda, desigualdade e desemprego.

Uma taxa real de juros mais alta do mundo só interessa ao capital financeiro, pois nada produz e garante o seu acúmulo drenando os recursos do Estado. A sociedade aceita essa condição pois é, sem perceber, ideologicamente

direcionada por quem detém os aparatos ideológico de dominação, mesmo a custo da deterioração de sua renda e emprego. A decisão de manter a taxa de juros elevada é uma decisão política, por meio de teorias parciais que não explicam o fenômeno corretamente.

REFERÊNCIAS

- ADORNO & HORKHEIMER. **Dialética do esclarecimento**. São Paulo: Zahar, 1985.
- ALTHUSSER, Louis. (1958). Ideologia e aparelhos Ideológicos de Estado. Trad. Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.
- ALTHUSSER, Louis. **A Transformação da Filosofia**. São Paulo: Edições Mandacaru, 1989.
- ARAÚJO, André. **Moeda e Prosperidade**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Belo Horizonte, 2015.
Disponível em:
https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2015/09/15_comissao_transporte_democratizacao_midia.html
Acesso em 10 jun. 2023.
- CARTA, Mino. “Dilma e o destino”. Carta Capital, 04/01/2013. Disponível em:
<https://www.cartacapital.com.br/politica/dilma-e-o-destino/>
Acesso em 10 set. 2023.
- GROSFOGUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais – 80/2008.
- HENRIQUE, Artur. “Os lucros, a ganância, a usura e a cegueira”. Carta Capital, 1/5/2013. Disponível em:
<https://www.cartacapital.com.br/politica/os-lucros-a-ganancia-a-usura-e-a-cegueira-3894/>
Acesso em: 10 set. 2023.
- LEÃO, Philippe. A Estética como Controle. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=s9KJlD2os8>
Acesso em 10 jun. 2023.
- LIMA, Jean Carlos Ribeiro de; XAVIER, Glauber Lopes. Artigo A questão da ideologia em Karl Marx e Louis Althusser. Revista Espacios vol. 38 ano 2017.
Disponível em:
<https://www.revistaespacios.com/a17v38n23/a17v38n23p10.pdf>
- MARX & ENGELS. **A Ideologia alemã**. Tradução Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. São Paulo: Martins Fontes, 1980 (V. I e II)
- MARX, Karl. **Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. 1844.

MARX, Karl. **O Capital, livro 3**. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

PEREIRA, Eliseu. Artigo Teologia do Domínio. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/60331>

Acesso em 16 jul. 2023.

Portal Brasil247 – Disponível em: <https://www.brasil247.com/midia/para-xico-sa-imprensa-hereditaria-faz-jornalismo-de-campanha>

Acesso em 16 jul. 2023.

Portal Brasil de Fato. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=UMYovnOhk_A

Acesso em 27 ago. 2023

Portal Brasil de Fato. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2021/02/13/mudanca-no-banco-central-ameaca-capacidade-do-governo-de-reduzir-desigualdades>

Acesso em 27 ago. 2023.

Portal Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/trf-1-confirma-arquivamento-de-acao-contra-dilma-por-supostas-pedaladas/>

Acesso em 27 ago. 2023.

Portal Fiesp, 03/04/2013. Paraguai oferece vantagens competitivas para o setor têxtil, destaca diretor do Departamento e Relações Internacionais e Comércio Exterior da Fiesp. Disponível em:

<https://www.fiesp.com.br/noticias/paraguai-oferece-vantagens-competitivas-para-setor-textil-destaca-diretor-do-departamento-de-relacoes-internacionais-e-comercio-exterior-da-fiesp/>

Acesso em: 10 set. 2023.

Portal G1, 22/03/2023. Com decisão do Copom, Brasil continua com a maior taxa de juros reais do mundo. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/03/22/com-decisao-do-copom-brasil-continua-com-a-maior-taxa-de-juros-reais-do-mundo.ghtml>

Acesso em 16 jul. 2023.

Portal Gospel. Disponível em:

<https://noticias.gospelmais.com.br/feliciano-defende-banco-central-lula-age-desespero-160160.html>

Acesso em 18 jun. 2023

Portal Observatório da Imprensa. Disponível em:

<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/a-imprensa-como-partido-politico/>

Acesso em 16 jul. 2023.

SEN, Amartya. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SINGER, André. Artigo Cutucando onças com varas curtas. Disponível em: <https://novosestudios.com.br/produto/edicao-102/#gsc.tab=0>
Acesso em 27 ago. 2023.

SKAF, Paulo; HENRIQUE, Artur; e SILVA, Paulo Pereira da. “Um acordo pela indústria brasileira”. Folha de S.Paulo, 26/5/2011, p. A3.

TAVARES, M. C e BELUZZO, L. G. **O Capital Financeiro e a Empresa Multinacional**. Revista Temas, número 9, 1980.

TAVARES, M. C. **Ciclo e Crise: O Movimento Recente da Industrialização Brasileira**. Campinas: IE/Unicamp, 1978.

WEBER, Marx. *Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.